



# **SENADO FEDERAL**

## **PARECER (SF) Nº 106, DE 2018**

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 198, de 2015, do Senador Magno Malta, que Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para reduzir a alíquota da contribuição previdenciária a cargo dos segurados contribuinte individual e facultativo, no caso de opção pela exclusão do direito à aposentadoria por tempo de contribuição.

**PRESIDENTE:** Senador Tasso Jereissati

**RELATOR:** Senador José Pimentel

20 de Novembro de 2018





## PARECER Nº , DE 2018

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 198, de 2015, do Senador Magno Malta, que *altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para reduzir a alíquota da contribuição previdenciária a cargo dos segurados contribuinte individual e facultativo, no caso de opção pela exclusão do direito à aposentadoria por tempo de contribuição.*

Relator: Senador **JOSÉ PIMENTEL**

### I – RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) o Projeto de Lei do Senado nº 198, de 2015, do Senador Magno Malta, que reduz a alíquota da contribuição previdenciária dos contribuintes individuais e facultativos, quando optantes pela exclusão do direito à aposentadoria por tempo de contribuição.

Para isso, em seu art. 1º, a proposição em comento altera o inciso I do art. 21 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, estabelecendo uma alíquota de 8% para o segurado contribuinte individual que trabalhe por conta própria, sem relação de trabalho com empresa ou equiparado e do segurado facultativo. Atualmente essa alíquota é de 11%.

Na justificção da proposição, o eminente Senador Magno Malta assevera a importância de se corrigir uma injustiça social advinda do atual diferencial existente entre a alíquota de contribuição de 11% para o segurado na qualidade de contribuinte individual (pessoa física que presta serviços por conta própria e sem vínculo empregatício) e facultativo (pessoa física, maior de dezesseis anos, que não exerça atividade remunerada na





condição de segurado obrigatório da Previdência Social) e aquela paga pelo microempreendedor individual, de 5%. E conclui:

*Com efeito, não se revela crível que o valor da alíquota paga por prestadores de serviços (que sequer usufruem de direitos trabalhistas inerentes aos empregados) e por aqueles que optam por contribuir facultativamente para o regime previdenciário seja fixado em patamar tão exorbitante.*

Assim, o PLS nº 198, de 2015, ao reduzir a alíquota dos prestadores de serviços e dos contribuintes facultativos de 11% para 8%, estaria corrigindo um quadro previdenciário ora distorcido.

O PLS nº 198 foi encaminhado inicialmente à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão terminativa, tendo a análise da matéria por aquele colegiado decidido pelo encaminhamento da mesma para a CAE.

Na CAE, a matéria foi encaminhada a este Senador para elaboração de parecer. No prazo regimental não foram apresentadas emendas.

## II – ANÁLISE

Com base no Regimento Interno do Senado Federal (RISF), em seu art. 99, I, é da competência da CAE a análise de matérias legislativas em seus aspectos econômicos e financeiros. Sob o prisma econômico, a proposição parece trazer benefícios imediatos para os prestadores de serviços e para os contribuintes facultativos com a redução de sua contribuição, o que gerará um aumento na renda desses indivíduos. Deveria também haver a redução dos custos dos serviços e, portanto, o beneficiamento dos consumidores desses serviços com uma possível redução do preço. Há, portanto, do ponto de vista econômico, um aumento da renda disponível dos contribuintes facultativos, bem como dos trabalhadores prestadores de serviços e, possivelmente, uma redução no preço dos serviços para os consumidores.

No que tange aos aspectos financeiros, há que se reportar inicialmente à atual legislação, em particular a dois dispositivos legais em





**SENADO FEDERAL**  
**Gabinete do Senador JOSÉ PIMENTEL**

vigor. Primeiramente, a Lei Complementar nº 101, de 2000, a chamada Lei de Responsabilidade Fiscal, que, em seu art. 14, estabelece a obrigatoriedade de estimativas do impacto orçamentário-financeiro decorrentes da renúncia de receita nos três primeiros anos de vigência da nova alíquota. O PLS nº 198, de 2015, não traz qualquer alusão aos impactos da redução da alíquota proposta sobre as contas da Previdência Social. Tal ausência, além de colidir com a norma legal, impede que o Legislador forme uma opinião mais precisa acerca dos reais impactos da matéria sobre as contas previdenciárias.

Além disso, a Emenda Constitucional nº 95, que congelou as despesas governamentais por 20 anos, reduziu de forma inequívoca a capacidade do governo em abrir mão de receitas. Isso é particularmente pernicioso no caso da Previdência, que já sofre com a sangria de parte significativa de seus recursos com a Desvinculação de Receitas da União (DRU), e também pela queda de arrecadação decorrente da redução da atividade econômica a partir de 2014. Assim, a análise dos aspectos financeiros atinentes ao PLS nº 198, não recomenda sua aprovação, tendo em vista a já combalida saúde financeira da Previdência em função dos dispositivos legais ora vigentes.

### **III – VOTO**

Tendo em vista o exposto, o voto é pela rejeição do PLS nº 198, de 2015.

Sala da Comissão,                      de                      de 2018.

, Presidente

, Relator





**Relatório de Registro de Presença**  
**CAE, 20/11/2018 às 10h - 38ª, Ordinária**  
**Comissão de Assuntos Econômicos**

MDB			
TITULARES		SUPLENTE	
RAIMUNDO LIRA	PRESENTE	1. EDUARDO BRAGA	PRESENTE
ROBERTO REQUIÃO		2. ROMERO JUCÁ	PRESENTE
GARIBALDI ALVES FILHO	PRESENTE	3. ELMANO FÉRRER	PRESENTE
ROSE DE FREITAS		4. WALDEMIR MOKA	PRESENTE
SIMONE TEBET	PRESENTE	5. AIRTON SANDOVAL	PRESENTE
VALDIR RAUPP	PRESENTE	6. DÁRIO BERGER	
FERNANDO BEZERRA COELHO	PRESENTE		

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)			
TITULARES		SUPLENTE	
GLEISI HOFFMANN		1. GUARACY SILVEIRA	
HUMBERTO COSTA		2. FÁTIMA BEZERRA	
JORGE VIANA	PRESENTE	3. PAULO PAIM	
JOSÉ PIMENTEL	PRESENTE	4. REGINA SOUSA	
LINDBERGH FARIAS		5. PAULO ROCHA	PRESENTE
ACIR GURGACZ	PRESENTE	6. RANDOLFE RODRIGUES	

Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)			
TITULARES		SUPLENTE	
TASSO JEREISSATI	PRESENTE	1. ATAÍDES OLIVEIRA	PRESENTE
RICARDO FERRAÇO	PRESENTE	2. DALIRIO BEBER	
JOSÉ SERRA	PRESENTE	3. FLEXA RIBEIRO	PRESENTE
RONALDO CAIADO		4. DAVI ALCOLUMBRE	
JOSÉ AGRIPINO	PRESENTE	5. MARIA DO CARMO ALVES	

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)			
TITULARES		SUPLENTE	
OTTO ALENCAR		1. SÉRGIO PETECÃO	
OMAR AZIZ		2. JOSÉ MEDEIROS	
CIRO NOGUEIRA		3. BENEDITO DE LIRA	

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, PV, REDE, PODE)			
TITULARES		SUPLENTE	
LÚCIA VÂNIA	PRESENTE	1. VAGO	
LÍDICE DA MATA	PRESENTE	2. CRISTOVAM BUARQUE	
VANESSA GRAZZIOTIN		3. VAGO	

Bloco Moderador (PTB, PRB, PR, PTC)			
TITULARES		SUPLENTE	
WELLINGTON FAGUNDES	PRESENTE	1. PEDRO CHAVES	PRESENTE
ARMANDO MONTEIRO	PRESENTE	2. CÁSSIO CUNHA LIMA	
VICENTINHO ALVES	PRESENTE	3. CIDINHO SANTOS	PRESENTE



---

## Relatório de Registro de Presença

### Não Membros Presentes

WILDER MORAIS

TELMÁRIO MOTA

## **DECISÃO DA COMISSÃO**

**(PLS 198/2015)**

**A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O  
PARECER DA CAE, CONTRÁRIO AO PROJETO.**

**20 de Novembro de 2018**

**Senador TASSO JEREISSATI**

**Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos**